O PENSAMENTO MILITAR CONTEMPORÂNEO

*Por Gabriel Camilli**



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Entre doutrinas recém-batizadas e um dilúvio de dados, a guerra continua a exigir o essencial: recorrer à história, separar fatos de hipóteses e preservar a clareza estratégica.

No pensamento militar contemporâneo, parece ter surgido uma certa predileção por classificar como novidade fenômenos que acompanham a guerra há séculos. Guerra híbrida, guerra cognitiva, guerra de quinta geração e até guerra multidomínio são expressões que circulam com frequência em publicações especializadas, conferências e documentos. Algumas descrevem transformações que merecem atenção. Outras resgatam práticas antigas sob denominações diferentes. O problema surge quando as palavras acabam substituindo o estudo dos fatos.

Vale a pena retornar a Clausewitz. A guerra continua sendo um instrumento da política, um confronto de vontades sujeito à incerteza, ao atrito e às circunstâncias próprias de cada época. Mudam os meios, as tecnologias e os procedimentos, mas a sua natureza permanece. Essa distinção, fundamental para qualquer estudo sério de estratégia, costuma perder-se em meio a tantas classificações.

O pesquisador argentino Sergio Gabriel Eissa abordou essa questão há mais de 15 anos. Em 2010, publicou *Guerra Híbrida: ¿Una nueva forma de pensar la guerra en el siglo XXI?*

(*Guerra híbrida: Uma nova forma de pensar a guerra no século XXI?*) e, dois anos depois, *Definiendo la guerra del futuro: ¿reciclando los clásicos?* (*Definindo a guerra do futuro: reciclando os clássicos?*). Ao examinar as ideias de Frank Hoffman, encontrou precedentes em Clausewitz, Sun Tzu e Mao. Sua preocupação ia além de uma discussão terminológica: a forma como uma ameaça é definida condiciona as respostas que um Estado prepara para enfrentá-la.

GUERRA HÍBRIDA

A chamada guerra híbrida ganhou notoriedade após o confronto entre Israel e o Hezbollah, em 2006. A organização libanesa combinou procedimentos irregulares com armamentos e capacidades típicos de forças convencionais. No entanto, basta percorrer a história para notar que essa combinação possui precedentes conhecidos. Na Espanha, Napoleão teve que enfrentar tanto exércitos regulares quanto guerrilhas. Durante a Segunda Guerra Mundial, as operações convencionais coexistiram com a resistência clandestina e a sabotagem. O Vietnã demonstrou, mais uma vez, que uma guerra não pode ser compreendida observando-se apenas os combates entre forças regulares.

O que havia mudado, então? Principalmente os meios disponíveis, a velocidade das comunicações e as possibilidades de coordenação. Nada disso justifica abandonar as lições da história.

Em 1999, os coronéis chineses Qiao Liang e Wang Xiangsui publicaram *Guerra Irrestrita*. A obra surgiu em um período marcado pela superioridade militar norte-americana, demonstrada especialmente durante a Guerra do Golfo, em 1991. Seus autores examinaram as possibilidades de empregar instrumentos econômicos, financeiros, tecnológicos e informacionais para alcançar objetivos estratégicos. É um trabalho que merece ser lido e discutido. Outra questão, bem diferente, é apresentá-lo, sem maiores comprovações, como uma doutrina oficial das Forças Armadas chinesas.

Algo semelhante ocorreu com a famosa “doutrina Gerasimov”, cuja existência foi aceita, durante anos, por comentaristas e analistas ocidentais.

Em fevereiro de 2013, Valeri Gerasimov, chefe do Estado-Maior Geral russo, publicou um artigo sobre as transformações dos conflitos contemporâneos. Nele, examinava a crescente importância de meios não militares, bem como as experiências da Primavera Árabe e das “revoluções coloridas”, acontecimentos observados com particular preocupação a partir de Moscou. Ele não estava promulgando uma nova doutrina militar russa.

Foi o analista britânico Mark Galeotti quem, posteriormente, popularizou essa denominação. Após a crise na Crimeia, em 2014, a expressão passou a ser utilizada para explicar praticamente qualquer atividade russa considerada irregular ou encoberta. Em

março de 2018, o próprio Galeotti reconheceu, na *Foreign Policy*, que a suposta doutrina não existia.

O episódio merece ser lembrado. Atribuiu-se à Rússia uma doutrina que jamais fora formalmente estabelecida e, na sequência, suas operações passaram a ser interpretadas a partir dessa construção. A repetição acabou conferindo-lhe uma aparência de realidade. Ainda hoje, encontramo-nos com referências a ela, como se se tratasse de um documento doutrinário autêntico.

GUERRA MULTIDOMÍNIO

A confusão reaparece quando se fala em "guerra multidomínio". O Exército dos Estados Unidos utiliza a expressão "operações multidomínio", incorporada em seu *Field Manual 3-0, Operations*, de outubro de 2022. O termo refere-se à integração de capacidades terrestres, marítimas, aéreas, espaciais e cibernéticas para obter vantagens operacionais.

Estamos tratando da condução de operações militares. Os domínios constituem âmbitos de atuação, e sua integração responde a necessidades operacionais. Não existe fundamentação doutrinária suficiente para classificar essa integração como uma nova natureza da guerra. A ação conjunta possui uma longa trajetória, embora hoje disponha de capacidades que os comandantes de outras épocas não poderiam imaginar.

Estas discussões relacionam-se diretamente com uma questão que venho desenvolvendo desde as minhas primeiras crônicas sobre a Ucrânia, publicadas no **Velho General**: a Névoa da Guerra 2.0.

Clausewitz descreveu a névoa da guerra como uma condição inseparável da atividade militar. O comandante precisava tomar decisões com base em informações incompletas, notícias contraditórias e um conhecimento sempre limitado das intenções do inimigo. O atrito agravava essas dificuldades. Em meus trabalhos sobre a Ucrânia, abordei também a *Maskirovka* russa, seus procedimentos de ocultação e engodo, e as operações voltadas a influenciar a percepção do adversário. No segundo volume de *La Guerra de Ucrania: Crónicas Anticipatorias Publicadas en La Prensa*, publicado pela editora Gladius em 2025, incluí o artigo *Dissipando a Névoa da Guerra 2.0*.

DIANTE DE UM PARADOXO

Hoje, deparamo-nos com um paradoxo que merece reflexão. Nunca houve tantos meios para observar um campo de batalha. Satélites, drones, sensores, comunicações instantâneas e fontes abertas permitem o acesso a informações que, poucas décadas atrás, estavam restritas aos grandes órgãos de inteligência. Contudo, dispor de mais informações não significa, necessariamente, compreender melhor os acontecimentos.

Às informações que faltam, soma-se agora o excesso delas. Notícias repetidas à exaustão, imagens retiradas de contexto, propaganda apresentada como análise, versões tendenciosas e atribuições cuja origem é difícil de determinar. A incerteza já não decorre apenas daquilo que ignoramos; ela também pode ser gerada pelo acúmulo de dados que não conseguimos verificar. Essa é, precisamente, uma das características do que denominei Névoa da Guerra 2.0.

Um exemplo recente ajuda a compreender as suas consequências. Em novembro de 2026, o *InsideOver* publicou uma entrevista, realizada por Roberto Vivaldelli com Thomas Fazi, na qual este questionou a consistência das provas públicas utilizadas para atribuir à Rússia diversos incidentes ocorridos na Europa, sob a designação geral de "guerra híbrida". Fazi apontou discrepâncias entre os registros de diferentes instituições e alertou que algumas atribuições pareciam ser reproduzidas sem verificações independentes suficientes.

Suas observações merecem ser examinadas com o mesmo rigor que as acusações questionadas. A análise estratégica não pode basear-se na aceitação automática de uma versão, independentemente de sua origem.

O mapa divulgado pela ACLED sobre incidentes contra instalações ligadas à defesa e à logística europeias, entre janeiro e outubro de 2026, apresenta um problema semelhante. Embora sua apresentação os relacione a uma campanha híbrida russa, algumas anotações reconhecem que as responsabilidades ainda estavam sob investigação.

Um incêndio pode ser um acidente ou um ato de sabotagem. A suspeita de uma ação deliberada pode ser fundamentada, mas identificar seus autores e demonstrar quem deu as ordens exige provas adicionais. Também não se deve descartar a existência de informações reservadas que ainda não foram divulgadas. O que importa é manter uma distinção indispensável entre o fato comprovado, a hipótese e a atribuição de responsabilidade.

É precisamente aí que surge a "Névoa 2.0". Uma informação proveniente de uma única fonte pode circular por meios de comunicação, centros de estudos e redes sociais, retornando, por fim, como se fosse uma confirmação independente. O número de publicações aumenta, enquanto o conhecimento real sobre o fato permanece praticamente inalterado.

A guerra na Ucrânia oferece inúmeros exemplos de inovações militares genuínas. Os drones transformaram a observação e o emprego do fogo. A guerra eletrônica condiciona as comunicações e o funcionamento de diversos sistemas. Contudo, nenhuma dessas transformações eliminou a importância do terreno, das reservas, da logística ou da vontade política.

Um comandante pode observar imagens quase em tempo real do campo de batalha e, ainda assim, interpretar erroneamente as intenções do inimigo. A tecnologia amplia suas possibilidades de conhecimento, mas não o isenta da responsabilidade de julgar.

ARGENTINA E BRASIL

Para a Argentina e o Brasil, essas questões têm consequências práticas. Precisamos estudar as experiências contemporâneas, especialmente as da Ucrânia, sem adotar mecanicamente conceitos elaborados por potências que dispõem de outros recursos e respondem a exigências estratégicas diferentes.

A defesa do Atlântico Sul, da Amazônia, a vigilância de nossos espaços marítimos e a capacidade de sustentar operações em um território extenso exigem pensamento próprio, meios adequados e uma preparação militar alicerçada em nossa realidade geográfica. Importar vocabulários sem examinar seu conteúdo pode nos levar a formular respostas para ameaças que nem sequer definimos corretamente.

A independência de pensamento constitui uma obrigação profissional daqueles que estudam a guerra e daqueles que devem preparar a defesa nacional. Antes de aceitar uma doutrina, convém verificar se ela existe. Antes de atribuir uma operação, examinar as provas. E, antes de proclamar o surgimento de uma guerra desconhecida, recorrer à história.

A Névoa 2.0 nos lembra que a abundância de informação pode se transformar em uma nova forma de escuridão. Para uma nação como a Argentina, cuja defesa exige aproveitar com inteligência recursos sempre limitados, perder a clareza de julgamento pode ser tão prejudicial quanto não dispor dos meios necessários para executar uma decisão.

Publicado no La Prensa

***Gabriel Camilli** é Coronel Mayor da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.*